

Isabel Cristina Martins Guillen 

Professora Titular do Departamento de
História da UFPE
isabel.guillen@ufpe.br

MÁRIO DE ANDRADE COMO GESTOR CULTURAL

Resenha

SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaíma. Cultura e política em Mário de Andrade*. São Paulo: Edições SESC, 2024, 228 p., il.

Resumo

A obra objetiva discutir a atuação de Mário de Andrade como gestor de cultura, tendo como perspectiva uma história das políticas culturais no Brasil, sem fragmentar esta atuação de suas outras facetas, enquanto escritor, ensaísta e poeta. Essa visão integradora de Mário de Andrade como escritor e como gestor proporcionam outra visão do modo como entendia o nacionalismo e a "entidade nacional brasileira".

Palavras-chave: Mário de Andrade; políticas públicas de cultura; identidade nacional brasileira.

MÁRIO DE ANDRADE AS A CULTURAL MANAGER

Abstract

The work aims to discuss Mário de Andrade's role as a cultural manager from the perspective of the history of cultural policies in Brazil, without fragmenting this role from his other facets as a writer, essayist, and poet. This integrative view of Mário de Andrade as both a writer and a manager provides a new perspective on how he understood nationalism and the "Brazilian national entity."

Keywords: Mário de Andrade; public cultural policies; Brazilian national identity.

RESENHA

Mário de Andrade parece um autor já esgotado pela historiografia, diante da imensa fortuna crítica que se acumulou sobre ele. Mas só parece, porque muitos trabalhos trazem novas perspectivas ou abordagens, ou atualizam os debates que ficaram empoeirados nas estantes da crítica, trazendo-os para as discussões contemporâneas, dando-lhes frescor e vitalidade. Este é o caso da segunda edição do livro de Carlos Sandroni, *Mário contra Macunaíma. Cultura e política em Mário de Andrade*, lançado pela editora do SESC, que já tem publicado muitos outros importantes trabalhos sobre políticas culturais. Aqui já fica lançada a deixa que o trabalho em si tem um recorte específico, e busca analisar a atuação de Mário enquanto agente cultural, na expressão de Michel de Certeau (1995), ao dirigir o Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, no período de 1935 a 1937. Um breve período, de ações intensas e fundamentais para a cultura brasileira, em especial quando se pensa em uma história das políticas culturais no Brasil.

Este livro, que ora aparece numa segunda edição revista e aumentada, foi originalmente defendido como uma dissertação de mestrado em Ciência Política em 1987, e em seguida publicado pela editora Vértice em parceria com o IUPERJ, em 1988. Há muito esgotado, é instigante reler o texto, observando aquilo que permanece atual na abordagem de Sandroni, as atualizações que fez para esta segunda edição e em que contribuíram para enriquecer o entendimento sobre a atuação de Mário de Andrade para uma história das políticas públicas de cultura, e em especial as políticas patrimoniais. Nesse sentido, tornou-se uma referência para estudos e pesquisas sobre a ação de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura, bem como sobre os desafios políticos que marcaram suas iniciativas na organização e gestão dos bens culturais na cidade de São Paulo. Segundo o autor, sua pesquisa destacou dois aspectos fundamentais: primeiro, que Mário de Andrade, tanto como escritor quanto como gestor público, buscava um ideal modernizante e universalista; e segundo, que sua obra, em sua totalidade, reflete um esforço contínuo de integrar o Brasil ao desenvolvimento da civilização contemporânea. Assim, temos aqui importantes pontos para problematizar a discussão sobre identidade nacional brasileira na obra de Mário de Andrade e à frente do Departamento de Cultura.

Por outro lado, também é instigante observar a trajetória do pesquisador e imaginar se estaria já contida ou prenunciada, de alguma forma, naquele

primeiro trabalho de aprendiz, ou mesmo de que forma teria contribuído para “moldar” os caminhos de Sandroni, que continuou a desenvolver trabalhos na trilha das políticas públicas de cultura, não só como pesquisador, mas também como um agente cultural. Sandroni tem se destacado no campo da etnomusicologia, e podemos mencionar alguns importantes trabalhos que coordenou, como o Inventário Nacional de Referências Culturais do Samba de Roda do Recôncavo Baiano, ou o magnífico projeto Responde a roda outra vez, no qual refaz o percurso da Missão de Pesquisas Folclóricas em Pernambuco e na Paraíba, regravando cocos, emboladas e outras músicas que tinham sido registradas pela primeira vez naqueles idos de 1938 pela Missão. Indícios de que aquele primeiro trabalho teria fincado raízes nas indagações que o guiariam no futuro. Principalmente quando consideramos sua atuação à frente da Associação Respeita Januária, responsável pela gestão cultural de muitos projetos de inventário de manifestações culturais, hoje reconhecidas como patrimônio cultural pelo IPHAN, como o caboclinho e o cavalo-marinho.

Afinal, de que trata o livro? Quais seus principais argumentos? Em que Sandroni se destacou dessa imensa fortuna crítica produzida sobre Mário? Muitos leram o livro interessados na discussão da identidade nacional e de como Mário teria contribuído, como agente cultural, ou como escritor, poeta e ensaísta, para um debate que arregimentou tantos atores sociais quanto críticos e cientistas sociais. Esta era a leitura mais usual naqueles anos finais da década de oitenta do século XX. Ainda que Sandroni não se furte a adentrar ao debate, sua perspectiva foi bastante inédita para aqueles anos. Nesse sentido, o livro ocupou um destaque na historiografia ou literatura sobre Mário de Andrade por sua ousadia ao abordar as políticas públicas de cultura, no âmbito das Ciências Políticas, totalmente não usual para o período. Se hoje achamos o tema das políticas públicas de cultura comum e frequente no campo de pesquisas das ciências humanas, o mesmo não pode ser dito para aquele momento. Políticas públicas de cultura adentraram o campo do debate acadêmico mais fortemente no início do século XXI, e permanece atual ainda hoje.

Do ponto de vista metodológico, Sandroni considera que, a respeito da obra de Mário de Andrade, “imagem, ensaio, poesia e conceito formam aqui um todo que só se deixa desvendar quando tomado em conjunto.” (p.21) Esse pressuposto orientará a organização dos capítulos da obra. O primeiro capítulo dedica-se à obra literária de Mário de Andrade, e o terceiro capítulo à sua

atividade político-cultural à frente do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, enquanto cabe ao segundo capítulo demonstrar as conexões que podem ser evidenciadas entre os dois aspectos acima mencionados. Desse modo, sob a pluralidade aparentemente dispersiva da obra de Mário haveria uma unidade subjacente, presente tanto em sua produção literária quanto em sua atuação como gestor cultural. Por conseguinte, a experiência de Mário de Andrade no Departamento de Cultura é entendida como inscrita em sua própria obra, tomada em conjunto.

Assim posto, acho legítimo nos perguntarmos em que o livro se mantém atual, a despeito dos muitos trabalhos que abordaram Mário em vários aspectos, publicados desde aquela primeira edição, e arrolados pelo autor logo na introdução desta segunda edição. O livro, em sua primeira edição, teve o mérito de destacar os embates políticos que atravessaram e moldaram as iniciativas de organização, preservação e gestão dos bens culturais na cidade de São Paulo sob a gestão de Mário de Andrade. Contudo, diferentemente de grande parte da historiografia que pensou Mário de Andrade e a identidade nacional brasileira, Sandroni tem uma postura metodológica inédita, pois não fragmenta o Mário escritor do Mário gestor de cultura. Tanto em sua atuação como escritor quanto como homem público, Mário de Andrade dedicava-se a um ideal modernizante e universalista, orientando toda a sua obra por um esforço contínuo de integrar o Brasil ao movimento mais amplo da civilização contemporânea, buscando harmonizar a riqueza da cultura nacional com as tendências globais de seu tempo.

Isto posto, o leitor deve ter percebido que estamos imersos num debate bastante espinhoso para a historiografia brasileira, que é o da identidade nacional no pensamento social brasileiro e literário. Sandroni não aposta numa unidade essencializadora de Mário, mas o vê como um organizador da cultura, sem que precisemos diferenciar o gestor cultural do escritor, poeta e ensaísta. É nesse sentido que incorpora nesta nova edição a discussão proposta por Leyla Perrone Moisés (2007), em seu texto: “Macunaíma e a entidade nacional brasileira”. O ponto de partida aqui é entender que para Mário de Andrade a ideia de uma identidade nacional brasileira era problemática, e por isso cunhou o conceito de “entidade nacional brasileira”. Acatando o teor geral sobre o debate acerca da entidade nacional brasileira, proposto por Perrone-Moisés, o autor irá substituir, sempre que possível, a expressão identidade nacional utilizada na primeira edição, por entidade nacional. Quais são os ganhos que

essa substituição nos traz? O primeiro aspecto é que grande parte da historiografia usou essa expressão como se não fosse considerada problemática pelo próprio Mário de Andrade. Sandroni destaca que o sentido da obra de Mário de Andrade é modernizante e cosmopolita, e é na tensão da junção desses termos que podemos melhor compreender a atuação do nosso autor de Macunaíma como gestor cultural, não apenas no sentido estrito do conceito, mas como aquele que pensa o conjunto geral de sua obra (literária e enquanto agente cultural), sem fragmentá-la. Para Sandroni, o sentido de cosmopolita em Mário está em sintonia, a despeito da distância temporal, com muitos autores contemporâneos, como Appiah (2006), que Sandroni traz para o debate nesta segunda edição, para entender o universalismo de Mário de Andrade.

Este trabalho não está destinado a um público específico, apenas aos interessados em políticas públicas de cultura. O público que se interessa pelo debate cultural no Brasil, e pelas críticas à ideia de uma identidade nacional, encontrarão aqui muitos elementos para análise. Destaque-se a importância da atuação de Mário para compreender a cultura popular e os movimentos de valorização e reconhecimento identitário que representam, aspectos que leitores interessados no debate encontrarão nesta obra. Convido todos e todas a lerem a obra, sem deixar de destacar quão prazerosa é a escrita de Sandroni que, sem renunciar ao rigor acadêmico, conduz a narrativa com leveza e uma escrita criativa muito instigante, dialogando com a obra de Mário. Eu, particularmente, me diverti quando lá pelas tantas do livro me deparei com a comparação das atividades de pesquisa com “a persistência de um tatu”. E assim tece Sandroni sua narrativa, resignificando expressões de Mário de Andrade para aquilo que nos é próprio, pensar persistentemente acerca das políticas públicas de cultura em sua historicidade. Há muitas outras tiradas de humor e ironia, para além dos argumentos que compõem a tese do trabalho, e por isso convido para que aproveitem a leitura.

REFERÊNCIAS

- APPIAH, Kwame Anthony. *Cosmopolitanism: Ethics in a world of strangers*. Nova York; Londres: Norton, 2006.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Isabel Cristina Martins Guillen: Graduada em História pela USP, mestra e doutora em História pela UNICAMP. Professora Titular do Departamento de História da UFPE, do PPGH da UFPE e do ProfHistória. Desenvolve pesquisas sobre cultura negra, movimentos negros e patrimônio cultural. Coordenou a equipe responsável pelo INRC dos Maracatus Nação de Pernambuco. Tem vários trabalhos publicados, destacando a organização do livro Lugares de Memória da Escravidão e da Cultura Negra na região metropolitana do Recife.

Texto recebido em: 25/03/2025

Texto aprovado em: 17/05/2025